

A indeterminação dos fluxos virais: contágio pandêmico e os circuitos do capital

Leandro José Carmelini

Doutorando pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - lcarmelini@gmail.com

Danichi Hausen Mizoguchi

Professor Adjunto do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense – danichihm@hotmail.com

De corpo em corpo, como um fluxo desejante; de boca em boca, como uma língua sem gramática; de pulmão em pulmão, como a inspiração de um corpo sem órgãos, o fluxo viral do covid-19 corre pela superfície terrestre e, em poucos meses, toca todos os pontos alcançados pela logística da distribuição capitalista. Não é a primeira e provavelmente não será a última vez que um fluxo pandêmico se alastra sem controle pelo mundo. Fato é que, diante dele, como em toda crise, uma série de problemas de diversas ordens – epidemiológicos, políticos, éticos – se instaura. Dentre eles, aqui no interessa acompanhar as direções vetoriais que se insinuam nas relações do capitalismo com o dentro e o fora – e, como elas, possíveis rumos para o mundo que virá.

Desde sua gênese atlântica¹, o capitalismo tem como mecanismo fundamental o enfeixamento de fluxos indeterminados em circuitos estreitos. Com os avanços da ciência náutica, nos séculos XV e XVI, codificou-se o deserto oceânico – o plano de imanência da colonização – criando redes de circulação de pessoas, metais e especiarias -- além da sífilis, é claro² -- entre os continentes. O solo e as águas das colônias foram estratificados em torno da mesma função. A partir do século XVIII, codificou-se os fluxos intempestivos da urbanidade nascente para fixar os circuitos industriais de pessoas, dinheiro e mercadorias. Começava a se organizar os circuitos intra-urbanos, fundamentais à sociedade disciplinar de que fala Foucault (2004). Nascia aqui o organismo, ou mais especificamente, o paradigma sanguíneo de codificação dos fluxos, que organiza o corpo, o dinheiro e a cidade em torno da produção familiar e fabril. Após os anos 70, com as aparelhagens do silício, finalmente codifica-se os fluxos perceptivos, afetivos e cognitivos: o corpo reduzido ao rosto e ao aparato audiovisual. Estava surgindo, neste momento, além de um outro corpo que transbordava os contornos orgânicos do *homem*, uma outra razão de codificação dos fluxos: a razão cerebral, ou, se quisermos, conforme Rouvroy e Berns (2018) tem se entendido mais recentemente, a governamentalidade ou a objetividade algorítmica: que nos parece ser um dos elementos

¹ Cocco e Cava (2018)

² Menção a música *Fado tropical* de Chico Buarque (1973)

fundamentais à organização daquilo que Negri e Hardt (2005) nomearam como *capitalismo cognitivo*.

Apesar de ordená-los, o capitalismo é dependente dos fluxos. Por muito tempo se opôs os nômades e os cidadãos sob o raciocínio de que a urbanidade torna os homens progressivamente fixos ao solo, sedentários. A não ser pela perspectiva do esforço muscular, isso não parece fazer sentido. As cidades, sobretudo após a invenção do motor e dos sistemas de comunicação, sempre progrediram na direção da intensificação da circulação e da velocidade. Nunca os enunciados de mobilidade foram tão evocados. Nunca os corpos e coisas se moveram tanto como agora que nos tornamos mais urbanos que nunca. Se há, porém, apesar de toda a aceleração e movimento, uma sensação generalizada de imobilidade, é antes porque a aceleração absoluta permitida pela simultaneidade midiática, exige uma compressão cada vez mais aguda do espaço. Seguimos um vetor de determinação total dos fluxos e, se há uma paralisação, é menos sobre o movimento que sobre as possibilidades.

O fluxo indeterminado, porém, é sempre anterior, e eventualmente transborda, vaza, rompe os limites que o constrange. A gramática da codificação sanguínea e dos circuitos disciplinares não se esgotou nos anos 70 por acaso. É que o fluxo desejante disparado naquele momento era tão volumoso e intenso que transbordou os circuitos organicistas sobre o qual se estruturava a sociedade fordista. Esse rio caudaloso que rompeu as barragens disciplinares, de fato escoou por meio da infraestrutura logística organicista do Capital -- transportes, livros, rádios, televisão, etc. -- mas no corpo-a-corpo, no boca-a-boca, nas aglomerações, uma outra política de fluxo se manifestava, e um desejo de liberdade se alastrava como uma praga que de uma hora para a outra toma por inteiro uma monocultura. O que fazer se, após o contágio desejante, o corpo operário não se encaixa mais nas engrenagens fabris, ou se os corpos femininos não cabem mais na existência estreita da domesticidade maternal, ou ainda se certas marcas étnicas revertem signos de subserviência em signos de potência? O que fazer quando as condições de reprodução do capitalismo se insurgem contra os circuitos produtivos? Até os anos 70 faltavam palavras.

“Estávamos explorando a mente sem nos dar conta de que precisávamos de uma linguagem”, disse Timothy Leary -- guru do LSD na década de 60 e precursor do *cyberpunk* nos 80 -- em uma entrevista em 89, para depois concluir com uma curiosa euforia: “em 1976, Steve Jobs e Steve Wosniak inventarem o computador Apple, um instrumento pessoal que permite digitalizar nossos pensamentos” (LEARY, 1989, p.82). Um pouco antes, entre 1985 e 1986, na Universidade de Vincennes, Gilles Deleuze (2014) oferecia um curso em homenagem a Michel Foucault, seu amigo recém falecido, e com uma empolgação semelhante à de Leary, falava pela primeira vez de um conjunto de elementos que estariam se sobrepondo às estratégias disciplinares; era o que, a partir das novelas tecno-lisérgicas de William Burroughs (2005), Deleuze passaria a nomear por *controle* – ou sociedades de controle.

Prolongando a pista foucaultiana sessentista de um possível acesso ao *fora* da linguagem por meio da literatura moderna, Deleuze vai discutir outros dois pontos: a biologia molecular e as tecnologias do silício. Isto é, os avanços da engenharia genética e da informática, como sendo indícios de fragilização do organismo e do trabalho, respectivamente: os dois outros pontos de apoio do *homem*³ enquanto esteio primeiro da modernidade, além da linguagem. Deleuze acreditava na microbiologia e no silício como potenciais decompositores do humano, forças que, apesar de garantirem uma certa consistência organizativa, talvez fossem capazes de passar por fora das dimensões orgânica e trabalhista da existência, aumentando, assim, as possibilidades de esquiva da vida na relação com os poderes -- um possível acesso ao *fora*⁴.

Em *As palavras e as coisas*, Foucault (1999) descreve a *epistème* clássica como aquela em que os enunciados de saber se organizam a partir da ideia principal de um *desdobramento infinito*, isto é, da noção de Deus; e que, por outro lado, a singularidade epistêmica da modernidade estaria na produção de enunciados a partir de *dobras finitas*, sendo a dobra *homem*, a principal delas. Para Deleuze, neste momento, assim como a literatura moderna esteve para a linguagem, tanto a biologia molecular quanto as dobras

³ Foucault (1999)

⁴ Levy (2011)

do silício compartilham uma possibilidade de rearranjo dos enunciados, e portanto das forças que incidem sobre a vida. Assim, parece se montar um plano de consistência em que não se tratará mais da infinitude divina e nem da finitude humana, mas, como ele nos diz, da *finitude ilimitada*.

Deleuze não viveu o suficiente para ver as modulações totalizantes e totalitárias do complexo algorítmico⁵, tampouco os encaminhamentos da codificação genética para fins neo-extratvistas e monopolistas de transgenia animal e vegetal. Entretanto, além da microbiologia e do silício, ele faz ainda uma curiosa relação entre o método de escrita utilizado por Burroughs – o *cut-up* – e a dinâmica de proliferação própria dos vírus: esse *intermezzo* indefinido entre o que é vivo e o que não é. Pelo que sabemos, Deleuze não aprofundou esse tópico. Falou pouco em suas aulas, e, com Guattari, comentou brevemente na introdução do segundo tomo de Capitalismo e esquizofrenia, *Mil platôs*. Suspeitamos, porém, que seu aparente ânimo com o novo diagrama de forças tenha a ver justamente com sua percepção sobre a singularidade dos fluxos virais.

Para Deleuze, imaginamos nós, o fato de a biologia molecular surgir como uma linguagem capaz de decompor e exceder a normatividade orgânica do humano não exclui seu aspecto linguístico e gramatical. Sua potência de aumento das liberdades, contudo, talvez esteja, para o autor, apenas no fato de ela ser uma novidade e, como tal, talvez mais aberta a disputas. O mesmo podemos afirmar para as tecnologias do silício. Não parece se tratar de uma euforia ingênua, portanto. Se na discussão deleuziana sobre os novos diagramas do controle há uma força a-gramatical que de fato empurre a vida para um limiar desterritorializante da linguagem, essa força nos parece ser aquela imposta pelos vírus. E parece ser a partir dos fluxos virais que Deleuze pensa as possibilidades de abertura da genética e do silício na sociedade de controle: as potências da técnica e da vida pela perspectiva da indeterminação dos fluxos virais.

⁵ Ao discutir os algoritmos enquanto dispositivos de poder, Pasquinelli (2015), vai defender que, se por um lado a disciplina atua pela imposição de normas ao corpo e às massas e a segurança pelo monitoramento das normalidades da vida e da população – respectivamente, mecanismos de normatização e normação, portanto –, os algoritmos vão atuar produzindo uma *matematização do anormal*.

Tanto o método *cut-up* quanto o modo de reprodução viral, são sistemas de produção que afirmam o aleatório como potência, e não como algo a ser codificado. O vírus, nos mostrou Deleuze, excede a linguagem orgânica da vida quando corta, movimenta e cola os genes sem uma determinação aparente. O fluxo viral não obedece sequer as fronteiras que separam os largos reinos biológicos. Primeiro, por não se encaixar em nenhum deles, e, segundo, por abrir entre eles transversais de comunicação genética, tal como ocorreu, por exemplo, entre a vespa e orquídea -- ou entre um morcego, o pangolim e um humano. O fluxo de genes que ele cria não tem função tradutora como em uma reprodução celular intraespecífica. Ao invés de uma replicação da dupla hélice, o vírus faz partes aparentemente aleatórias da cadeia genética atravessarem em diagonal a árvore da taxonomia darwiniana, por fora da lógica da seleção natural, como em um tipo de manifestação rizomática da vida.

Ao falar dos fluxos virais, e mesmo do silício, apesar de próximo a Burroughs, Deleuze tenta reverter a tônica persecutória que lhes dá o *beatnik*. Nas novelas do escritor, quem ganha um aspecto viral, e, portanto, inapreensível, é o próprio movimento do controle: o vírus que se manifesta como linguagem, nos diz ele. Na introdução de *Mil Platôs*, por outro lado, Deleuze e Guattari (2011) mencionam um conjunto de pesquisas iniciadas nos anos 1970 que, a partir dos fluxos virais, encontram evidências de uma dinâmica microbiológica capazes de pôr em xeque a supremacia neodarwiniana. Lynn Margulis e Dorion Sagan (1996), e também Máximo Sandín (2010) são expoentes contemporâneos dessa nova frente teórica e, na trilha de Benveniste e Todaro -- autores citados em *Mil Platôs* -- partem justo do trânsito genético proporcionado por essa espécie de *cut-up* viral para defender um processo evolutivo alternativo àquele da seleção natural.

Na raiz da divergência entre essas linhas, o ponto de maior atrito parece ser o trato com o aleatório. Para o neodarwinismo⁶, grosso modo, os genes sofrem mutações aleatórias e são selecionados como vantajosos ou não pelas contingências ambientais e sexuais -- uma explicação da vida que tem primado na interioridade e no indivíduo,

⁶ Linha teórica das ciências biológicas que explica a seleção natural darwiniana desde a genética.

portanto. Margulis, Sagan e Sandín, diferentemente, vão defender que o motor evolutivo da biosfera é exatamente o cruzamento genético operado pelos vírus -- um mecanismo pare do encontro e, portanto, da exterioridade e do cruzamento diagonal de elementos da vida. O primeiro ponto de vista assume o aleatório como algo a ser selecionado, ou seja, adequado ao exterior ordenado de antemão pelas supostas leis naturais da competição; enquanto o segundo, entende que existem modos de manifestação da vida -- e os fluxos virais são um exemplo -- que nos parecem aleatórios simplesmente por serem imensuráveis. Se o complexo algoritmo e a engenharia genética, enfim, mimetizam o rizoma para reorganizar a aleatoriedade dos fluxos vitais e desejanter em sistemas verticais de organicidade e exploração ainda mais sofisticados, o vírus parece ainda capaz de indicar uma política selvagem dos fluxos, tanto na dimensão microbiológica da vida -- que na grande maioria das vezes não se manifesta em formas de doenças --, mas também nos fluxos sociais ao redor do mundo, como vemos acontecer durante as epidemias e pandemias. É especialmente neste ponto que essa discussão se conecta ao nosso presente pandêmico.

Curioso que, além da utilização da infraestrutura logística do capitalismo, os fluxos epidêmicos e desejanter compartilhem, cada um ao seu modo, uma certa dinâmica de proliferação corpo-a-corpo indiferente aos limites fronteiriços do poder. Talvez por isso ambos sejam historicamente grandes agentes de inflexão histórica. Foucault (2004/2008), como sempre atento às contingências do corpo, vai relacionar surtos epidêmicos e mutações tecnológicas do poder. A partir da lepra, nos mostra a sistematização do método binário da exclusão: procedimentos de marcações bem definidas de dentro e fora, de vida e morte: o típico *fazer morrer, deixar viver* dos regimes de soberanias. Sobre a peste, nos fala das estratégias do esquadramento dos espaços urbanos e domésticos, bem como a quarentena e a vigilância minuciosa: um modo disciplinar de trato com os corpos, portanto. Com a varíola, organiza-se o monitoramento estatístico das variações vitais da população: dispositivo de segurança, enfim, que, junto à disciplina opera por mecanismos de *melhoria* da vida, ou, se quisermos, pela *biopolítica*, cujo fundamento ele nos explica pela fórmula *fazer viver e deixar morrer*. Por fim,

Foucault (2006) nos diz que a Medicina Urbana do século XIX, aquela deu tónus científico às intervenções higienistas de Haussmann, não passa de uma variação sofisticada da quarentena disciplinar, tendo como novidade uma camada bioquímica que recobre o saber médico.

Aqui no Brasil, há mais ou menos 40 dias, estamos prestes a nos tornarmos o epicentro de uma pandemia de coronavírus que começou na China em dezembro do 2019, e que agora, em maio de 2020, já toma todos os continentes. Duas estratégias de combate à doença se destacam no mundo como modelos a serem seguidos: a quarentena, que foi adotada primeiro pela China e, em graus variados de rigor, por praticamente todos os demais países; e o modelo da testagem viral conjugado com o monitoramento algorítmico individual, que têm a Coreia do Sul como o exemplo mais bem acabado. O primeiro atua por supressão do fluxo de pessoas, o que resulta em bloqueio também dos fluxos de mercadorias e dinheiro. O segundo, atua pela generalização dos testes e pelo monitorando minucioso das pessoas através de um avançado aparato algorítmico, retirando de circulação e isolando apenas os infectados. Como o corpo é o meio pelo qual corre o fluxo viral, isolando-se os infectados, restringe-se o vírus aos espaços domésticos e hospitalares. Quanto mais numerosa as testagens e mais refinado o monitoramento dos fluxos, menos restrições sofreram aos circuitos econômicos.

É curioso notar, em primeiro lugar, que mesmo após todos os esforços do capitalismo para suprimir os espaços e os corpos, e se reorganizar sobre os fluxos de dados, luz, sons, afetos, atenção, memória etc., esses fluxos materiais ainda lhe pareçam tão fundamentais. Paul Virilio (2005), que apostava no fim da geografia como efeito das tecnologias de simultaneidade, talvez ficasse surpreso ao ver um fluxo viral ocupar toda a superfície terrestre e evidenciar que, mesmo sob o grau mais elevado da abstração capitalista até aqui, o pulso espacial ainda bate forte. Será que ele nos falava de um futuro tão mais distante? Será apenas uma questão de *gap* tecnológico? Talvez. Pode ser apenas que as condições materiais para um bem estar confinado não estejam ainda acessíveis a todos como há pouco também não estavam os *smartphones*. Mark Zuckerberg (2019), por exemplo, já disse que atualmente todas as suas energias estão concentradas na produção

de *hardwares* de realidade virtual e realidade aumentada. O Google e a Amazon, em paralelo, estão em vias de generalizar o transporte de objetos por drones⁷, o que, na prática, tornaria independentes o trânsito de corpos e de mercadorias. A Rappi, no mesmo sentido, planeja lançar ainda em 2020 um robô entregador⁸, capaz de substituir os entregadores humanos. E isso sem falar no carro autônomo em vias de ser lançado pela Uber⁹. Uma vida em *lockdown* permanente talvez já esteja em gestação.

Doreen Massey (2013), por sua vez, talvez não se surpreendesse com a persistência espacial, pois parecia já saber que o espaço, ao contrário do que pensa Virílio, não é sinônimo de distância, mas o par co-constitutivo do corpo. Não há, portanto, como eliminar um sem eliminar o outro. E, como nos disse Foucault, o corpo é simultaneamente o centro e o limite do poder. Não o corpo-máquina, o corpo-espécie ou o corpo-algorítmico, mas o corpo-exterioridade, o corpo enquanto superfície contingencial de acontecimentos. Existe poder sem corpo? A máquina pode até ter a vantagem da regularidade absoluta, mas não deseja. Tem olho, mas não tem perspectiva. Não ameaça, mas também não troca. Suportaria o capitalismo esse grau de esvaziamento desejante? Seria o capitalismo hábil o suficiente para codificar e converter esse imenso volume de intensidade em termos algorítmicos? Será que, como sugere Virílio, as novas tecnologias de fato serão capazes de nos apartar de uma vez por todas das indeterminações dos encontros? Será que, ao contrário do que cantou Gilberto Gil¹⁰ em 1969, o cérebro eletrônico pode tudo? Diante de um poder que pode, enfim, fluir junto com os corpos pelo espaço, será que nos tornaremos cada vez mais domésticos? Ao invés de a metrópole, como supuseram Negri e Hard (2016), serão, como escreveu Preciado (2020), as tele-repúblicas de nossas casas e seus *gadgets* a nova central trabalhista da sociedade de controle?

⁷ <https://oglobo.globo.com/economia/tecnologia/amazon-comecara-usar-drones-para-agilizar-entregas-de-pedidos-para-clientes-prime-23722334>. Acesso em 26/04/2020

⁸ https://www.uol.com.br/tilt/noticias/reuters/2020/04/17/rappi-testa-robos-para-entrega-de-comida-em-domicilio.htm?aff_source=56d95533a8284936a374e3a6da3d7996 – Acesso em 30/04/2020.

⁹ <https://mobilidade.estadao.com.br/mobilidade-para-que/uber-volta-a-testar-carros-autonomos-ate-o-fim-de-2020/> - Acesso em 29/04/2020.

¹⁰ Menção à música *Cérebro eletrônico* de Gilberto Gil (1969).

Independentemente da direção que tomemos -- de domesticação ou de metropolização da vida -- é surpreendente que os projetos de Zuckerberg, cujos serviços oferecidos alcançam hoje 1 a cada 4 habitantes do mundo, antecipem soluções de codificação para os dois cenários possíveis, e nos deem os parâmetros atuais de refino daquele complexo algorítmico disparado nos 1970. Em setembro de 2019, em uma entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo¹¹, o empresário, revela, excitado, os projetos que, segundo ele, estão sendo desenvolvidos para substituir a tela como tecnologia intermediária das relações. Os *smartphones*, dispositivos atualmente fundamentais à dinâmica da governamentalidade algorítmica, enfim perderão sua definição de objeto em meio a outros e se fundirão definitivamente ao corpo - desaparecerão enquanto um item volumétrico de dimensões manuais para dar lugar a algo que se pretende invisível, hermético, natural.

A princípio, são duas as frentes deste projeto, segundo Zuckerberg: Realidade Virtual (RV), que é a simulação perfeita de elementos espaciais através de aparelhos ópticos tais como lentes, óculos e holografia; e a Realidade Aumentada (RA), que, mais que simular visualmente o espaço, pretende alterá-lo, adicionando elementos nele por meio de interferências luminosas diretamente na percepção de seus usuários -- a personificação absoluta da relação corpo-espaço. Enquanto a RV visa uma simulação fiel do mundo sensível através do confinamento absoluto, a RA ultrapassa a realidade sensível, criando a possibilidade de incluir nela mais elementos perceptivos do que aqueles presentes. Ao invés de uma representação da percepção (que já sabemos ser impossível), a produção declarada de um novo aparato sensitivo. Os anseios de uma representação realista dão lugar a uma individualização multifacetada do visível; e o mais importante: sem a necessidade de limitações ao livre movimento.

Em uma de suas respostas, Zuckerberg declara que “no futuro, poderemos dar às pessoas a escolha de viverem onde elas quiserem, aproveitar oportunidades de trabalho em qualquer lugar do mundo. Estar perto de quem você ama e trabalhar em qualquer

¹¹ <https://link.estadao.com.br/noticias/empresas,temos-que-protoger-a-privacidade-e-a-saude-mental-das-pessoas-diz-mark-zuckerberg,70003026190> – Acesso em 17/04/2020.

lugar, interagindo por meio de um holograma”. O projeto de Zuckerberg, por um lado, parece realizar de uma vez por todas o cancelamento das distâncias terrenas de que falava Virílio, e efetivar de modo radical as pretensões realistas de uma síntese neuro-cognitiva da experiência corpo-espacial. Enfim, o mundo inteiro diante dos olhos: o mundo resumido como um programa de variações luminosas, e o olho codificado como o terminal nervoso mais adequado aos estímulos da luz. Por outro, e em sentido quase inverso, suas inovações parecem devolver o movimento ao corpo. São linhagens complementares de um único projeto tecnológico de interferência na atividade atencional, mas há neles uma progressão.

A RV reconcilia o olho com o ambiente representado e com os corpos distantes. O desafio tecnológico aqui, segundo o empresário, é criar uma tecnologia compatível com a sensação de intimidade, segundo ele, incapaz de ser ativada pelos computadores atuais. Seu desejo é criar imagens que sejam capazes de produzir uma sensação corporal completa. Nesse sistema, contudo, o aumento da sensação de realidade é inversamente proporcional à presença do espaço material. Assim, uma das etapas de seu funcionamento é a produção de imersão profunda na imagem, que, no grau desejado, só é possível com a anulação do entorno imediato.

A holografia enquanto uma tecnologia de RV avança um pouco mais: reconcilia o corpo e a imagem representada com o entorno. A imagem é projetada já sem a necessidade de um quadro que limite o contorno da imersão atencional e, portanto, não precisa eclipsar o espaço material imediato para que um suposto efeito de realidade se manifeste. A imagem holográfica se caracteriza pela convivência com a iluminação do ambiente, seja ela elétrica ou do sol. A imagem aqui ganha a possibilidade de um contorno tridimensional e orgânico, e não mais em geometria plana.

É apenas com a RA, contudo, que o corpo finalmente se reconcilia com o deslocamento. Desde os livros e a luneta no Renascimento, passando pelo cinema e os *smartphones*, até a RV e a holografia, os dispositivos visuais, sempre conflitaram com a mobilidade do corpo – progrediram historicamente sempre afirmando e intensificando a separação entre o dinamismo cognitivos e os movimentos corporais. Os sistemas de

transportes, por outros meios, também progrediram desse modo. Com a RA, a imagem enfim se acopla ao corpo, e essas duas dimensões podem pela primeira vez, desde sua separação, se reconectar, sem prejuízo de um ou de outro, e com um refino sem precedentes do monitoramento dos fluxos: a soldagem do midiático com o locomotivo.

Dentro dessa rede conceitual que armamos até aqui, somada à contingência dos fluxos do covid-19 que corre atualmente pelos ares e corpos do mundo desestabilizando os circuitos capitalísticos, ao menos três vetores parecem se abrir. Primeiro, o vetor de um confinamento progressivo, no qual iremos seguir cada vez mais imersos em um contexto doméstico de realidade virtual -- o cenário viriliano. Segundo, o vetor de reconciliação algorítmica entre tempo e espaço dentro dos termos de uma realidade aumentada cada vez mais sofisticada -- o cenário zuckerberguiano. E terceiro, um vetor de mutação, isto é, a prevalência dos fluxos indeterminados sobre os circuitos capitalísticos, a ponto de sermos obrigados a buscar um além dele tal como os navegantes que o inauguraram fizeram enfrentando os horizontes sem contorno do além mar -- o cenário deleuziano.

Mesmo que a pandemia de covid-19 seja transposta sem grandes perdas ou avanços para capitalismo e tudo volte a ser como antes -- o que parece improvável dada as dimensões ainda desconhecidas e já catastróficas do problema -- ela servirá ao menos como um alerta de mobilização para esses vetores. Esse campo de tendências que aqui apontamos já vem se desenhando há muito tempo, e por vários ângulos o capitalismo parece ter chegado a um ponto limítrofe de si mesmo. Na época em que a Europa iniciou as grandes navegações havia ainda um larguíssimo terreno de *fora* a ser codificado. Mais de cinco séculos depois, após colonizar todo o globo na tentativa sempre insuficiente de codificar o corpo-cidade, pode ser que, considerando os limites da terra e da vida, o único fora possível para nós seja aquele do próprio capitalismo -- e talvez seja exatamente isso que esteja em questão hoje.

Referências

- BURROUGHS, W. **The electronic revolution**. UBU Classics, 2005.
- COCCO, G. & CAVA, B. Le travail des lignes. In.: **Multitudes**. n. 70. Printemps, 2018.
- DELEUZE, G. **El poder. Curso sobre Foucault, tomo II**. Buenos Aires: Cactus, 2014.
- DELEUZE, G. & GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**, vol. 1. São Paulo: Editora 34, 2011.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 2004a
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2006.
- FOUCAULT, M. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- LEARY, T. **América: depoimentos**. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1989.
- LEVY, T. **A experiências do fora: Blanchot, Foucault e Deleuze**. São Paulo: Civilização brasileira, 2011.
- MASSEY, D. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2013.
- MARGULIS, L. & SAGAN, C. **O que é vida?** Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- NEGRI, A & HARDT, M. **Multidão**. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- NEGRI, A. & HARDT, M. **Bem-estar comum**. Rio de Janeiro: Record, 2016.
- PASQUINELLI, M. **Anomaly Detection: The Mathematization of the Abnormal in the Metadata Society**. Conférence Organisée par l'Université Saint-Louis, l'Université Libre de Bruxelles et l'Université de Namur. 2015.
- PRECIADO, B. P. Aprendendo do vírus. In.: **Pandemia crítica**. São Paulo: n-1, 2020. Disponível em: <https://n-1edicoes.org/007> - Acesso em 20/04/2020.

ROUVROY & BERNS, Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o díspar como condição de individuação pela relação. In.: **Tecnopolíticas da Vigilância: perspectiva da margem**. São Paulo: Boitempo, 2018.

SANDIN, M. **Pensando la evolucion, pensando la vida: la biologia más alla del darwinismo**. Murcia: Ediciones Crimentales, 2010)

VIRÍLIO, P. **A máquina de visão**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1994.

VIRÍLIO, P. **Guerra e Cinema: logística da percepção**. São Paulo: Boitempo, 2005.

Entrevistas

ZUCKERBERG, M. **Precisamos proteger a privacidade e a saúde mental das pessoas**. Entrevistado por Bruno Capelas. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 26 set. 2019.

Músicas

Gil, G. **Cérebro eletrônico** [1969]. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=-J5gTpiI3KU> Acesso em 23/04/2020

Holanda, C. B. & Guerra, R. **Fado tropical** [1973]. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=5rf2Ow6_I8